



31ª Assembleia Geral Extraordinária da AISI - 31/01/2024 – Início às 11:30h

Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de 2024 iniciou-se a 31ª Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Integração Social de Itajubá. O Presidente da AISI, Dr. Carlos Magno Castro Gonçalves, iniciou a assembleia dando boas-vindas aos presentes e na sequência prestou homenagem, em respeito ao Prof. Fredmarck Gonçalves Leão, que contribuiu de forma exemplar, durante muitos anos como associado e membro do Conselho Fiscal da AISI. Dr. Carlos Magno informou as justificativas de ausências: Nart Noha; Benedito Rita; Sandra Regina Junqueira, Issao Iamanishi, Roberto Silva Leite, Lizete Chaves Toledo, Sergio Visoni Vargas e Nilo Baracho. Informou os pedidos de exclusão recebidos pela AISI de Jansen Francisco Correa Nogueira e Marcos Vinicius Chiaradia, na sequência comunicou a presença dos convidados Paulo Teixeira, representando o jurídico da AISI/HCI e Luiz André da Silva Campos, Controller da instituição. Dr. Carlos Magno iniciou a assembleia informando a pauta da convocação e em seguida relatou que iniciaria com uma breve retrospectiva histórica da evolução do Hospital de Clínicas de Itajubá situando como era, como está e onde se pretende chegar com os projetos estratégicos que estão em andamento na instituição, citou exemplo pessoal, que passou com seu filho, que sofreu um infarto e foi prontamente atendido pelo serviço de alta complexidade em cardiovascular do hospital, sem o qual provavelmente ele não teria sobrevivido e que atualmente toda a população de Itajubá e região se beneficia deste serviço, salvando muitas vidas, Dr. Carlos Magno citou também o serviço de oncologia que foi implantado no Hospital em um modelo diferenciado dos serviços existentes no Sul de Minas, pois realiza uma assistência integral ao paciente atuando na promoção, prevenção e atendimento as consultas, nas diversas especialidades, realizando todos os exames necessários para o diagnóstico e tratamento, sem necessidade de devolver o paciente a seu município de origem, como ocorre em outros serviços, onde há uma fragmentação da assistência, gerando uma demora no diagnóstico e tratamento pois, os serviços credenciados em nossa região, de Pouso Alegre e Poços de Caldas, devolvem os pacientes oncológicos para os municípios de origem para fazer exames, avaliações cardiológicas e não recebem esses pacientes quando apresentam intercorrências durante o tratamento, precisando de internação hospitalar ou em fase de terminalidade. Dr. Carlos Magno ressaltou que os serviços de alta complexidade em cardiovascular, oncologia e transplantes, implantados no Hospital, são de excelência e representa onde estamos atualmente, e para falar dos projetos futuros convidou o Diretor Geral do Hospital, Dr. Rodolfo Souza Cardoso para explanar sobre esse tema. Dr. Rodolfo iniciou informando que sua fala não teria o objetivo de convencimento, mas sim de contextualização, pois entende ser necessária a atualização do Estatuto da AISI, para contemplar as mudanças que a instituição vem sofrendo, pedindo autorização para a assembleia para iniciar uma revisão deste Estatuto e que a periodicidade das reuniões do conselho fiscal deveria ser mensal ou bimestral e a assembleia deveria se reunir pelo menos trimestralmente. Dr. Rodolfo informou que o Hospital de Clínicas de Itajubá é viável e que o atual desequilíbrio econômico-financeiro que a AISI vem passando é fruto do pagamento de dívidas passadas que foram equacionadas com o parcelamento dos impostos atrasados, e que, desde março de 2020 os impostos vêm sendo regularmente pagos, sendo inclusive retroagido aos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano. Citou ainda que durante a negociação da venda dos 60% da FMIT, em 2018, atuou buscando orientação com empresários de relevante conhecimento de mercado em valorização de empresas, para subsidiar a negociação e aumentar o valor da instituição, conseguindo êxito na negociação, elevando a proposta inicial pela aquisição de 60% da FMIT, de 26 milhões para 39 milhões, informou que não participou da gestão financeira, tampouco das decisões jurídicas da destinação do valor recebido pela venda, pois sua atuação estava focada na parte assistencial do Hospital e que entende que não houve uma gestão adequada desses



recursos pois até os dias atuais a instituição tem pagos por ações judiciais de devolução de matrículas e de bolsas de estudo concedidas no passado, não mapeadas em momento oportuno e que prejudicam muito o fluxo de caixa atual da instituição. Alegou que se não fosse o pagamento destas dívidas do passado a instituição seria superavitária, informou também que não havia, por parte do jurídico, uma comunicação adequada, sobre a composição da dívida fiscal da AISI, pois houve um parcelamento das dívidas fiscais recentemente, com significativa redução de multas e juros e que os processos relativos a dívida patronal, que entende não serem devidos, pois a AISI é entidade filantrópica, sendo caucionados com bens, e que o jurídico não provisionou os processos que estavam no CARF e recentemente foram encaminhados para execução fiscal, impedindo a AISI de dispor de Certidões Negativas de Débito. Mencionou também sobre os acordos judiciais trabalhistas que foram fechados diretamente na justiça do trabalho, até o ano de 2016, sob orientação do jurídico, com o depósito do Fundo de Garantia diretamente ao empregado, sem passar pela conta vinculada da Caixa Econômica Federal, fato o qual gerou execução contra a instituição, não reconhecendo esses pagamentos diretos, levando a uma dívida de aproximadamente 13 milhões de reais. Dr. Rodolfo informou que no início da Pandemia do Covid-19 os gestores que atuavam na parte financeira da instituição se afastaram e que passou a atuar de forma efetiva na gestão financeira, quando tomou ciência do grande volume de pagamentos em atraso, principalmente de fornecedores e de prestadores de serviços, em especial de médicos do corpo clínico, e que estavam, em média, com 6 meses de atraso em seus recebimentos, além do fato de uma falta de isonomia em eleger quais fornecedores ou prestadores de serviço seriam pagos, informou também que durante a pandemia foi mantido, por portaria do Governo Federal, os pagamentos integrais do contrato SUS, fato o qual, juntamente com uma gestão austera dos recursos, proporcionou colocar em dia o pagamento de todos os fornecedores e prestadores de serviços, sendo montado um comitê participativo durante a pandemia proporcionando ao Hospital, que se tornasse o maior centro de referência COVID-19 durante a pandemia no Sul de Minas com excelentes resultados, mesmo diante de tantas adversidades, informou também que essa gestão austera, além de equacionar as dívidas correntes, proporcionou muitos investimentos em melhorias estruturais e aquisição de equipamentos para o Hospital, além de proporcionar a oportunidade de parcelamento das dívidas fiscais e gerar superávit, sem precedentes, durante os anos de 2020 e 2021, passando para o ano seguinte com um caixa de 18 milhões. Dr. Rodolfo informou também que durante o ano de 2022, em função do período eleitoral e da saída de parlamentares que historicamente sempre contribuíram com o Hospital, como o Deputado Federal Bilac Pinto, houve uma enorme redução dos recursos recebidos de portarias e emendas parlamentares, o que também ocorreu no ano de 2023, comprometendo muito o caixa da instituição. Informou também que o Hospital possui aproximadamente 15 milhões de reais em emendas parlamentares empenhadas, no entanto, sem previsão de data para pagamento, em função dos atritos entre os poderes executivo e legislativo do país, sendo que há também aproximadamente 13 milhões de reais de dívida do Estado de Minas Gerais com o Hospital, chamado de restos a pagar, referente a recursos remanescentes da gestão do Governo do Estado anterior não pagos até o momento, e também em torno de 4 milhões de reais de dívida do município de Itajubá com o Hospital, referente ao pagamento devido contratualmente de extrapolação, ou seja, de atendimento autorizados pelo município e não pagos até o momento, perfazendo um total de 32 milhões de reais de recursos a receber. Dr. Rodolfo ressaltou que, apesar de não haver previsão de pagamento desses recursos públicos, o Hospital não parou de investir na criação de novos serviços, ampliação dos serviços existentes e na qualidade da assistência, como exemplo a hemodiálise que já possui 140 pacientes em tratamento e com constantes pedidos de novos pacientes, a realização até o momento de 350 cirurgias bariátricas, e que, provavelmente até o



início do ano que vem passará de 1000 cirurgias cardíacas realizadas. Dr. Rodolfo citou que, o que levou a FMIT a se tornar deficitária, durante a gestão da AISI, foi o fato de ser uma faculdade filantrópica tendo que oferecer aproximadamente 25% de bolsas, e a inadimplência que ocorreu neste período. Dr. Rodolfo informou que existem antigos integrantes da AISI que estão difamando a instituição e a ele próprio, através de constantes denúncias e falácias na comunidade, sendo pessoas em que nada contribuíram para a reestruturação da AISI e para a construção do melhor Hospital do Sul de Minas com uma gestão moderna e de vanguarda. Informou ainda que, em busca da continuidade da expansão do Hospital e do equilíbrio econômico financeiro da instituição, para que a mesma não fique mais tão dependente de recursos públicos, oriundos de emendas parlamentares, a administração da instituição está em busca de parceria comercial com investidores interessados na expansão da área destinada ao atendimento de pacientes privados, sendo que serão mantidos os 60% de atendimentos SUS, necessários para a manutenção da filantropia, no entanto é necessário para que haja equilíbrio, que ocorra um acréscimo nos atendimentos a pacientes particulares e conveniados e que para que isso ocorra é necessário investimentos e reestruturação da parte comercial da entidade, informou também que criou o Instituto de Ensino Pesquisa Empreendedorismo e Inovação e doou ao Hospital de Clínicas de Itajubá e recentemente foi firmado convênio com o Hospital Israelita Albert Einstein para que o Instituto represente todos os cursos oferecidos na plataforma Einstein de ensino em todo Sul de Minas Gerais e na região central do Vale do Paraíba, encerrando sua fala. Dr. Carlos Magno complementou informando sobre as cinco modalidades de transplantes que o Hospital tem realizado, algo sem precedente em um Hospital de uma cidade com menos de 100 mil habitantes. Dr. Paulo, assessor jurídico do Hospital, pediu a palavra para esclarecer tecnicamente sobre os pagamentos do Fundo de Garantia realizados diretamente na justiça do trabalho, sendo que há entendimento jurisprudencial desta vedação, comentou também sobre os processos de devolução de bolsas de ensino e sobre a cobrança de taxas de matrícula que geraram inúmeros processos contra a instituição e que poderiam ter sido mapeados em momento oportuno da negociação da venda da FMIT, integrando a negociação da venda. Que a AISI anteriormente a 2018 realizava o processo de bolsas da faculdade somente ao final do ano, sendo que muitos alunos que eram contemplados já tinham efetuado o pagamento de mensalidades, gerando o direito de resarcimento dos valores. Que esse resarcimento constava no edital, mas que ficaria a critério da AISI quando e a forma de fazer, sendo que os alunos recebiam quando da finalização da graduação. Dr. Rogério Vilela questiona se a homologação da justiça do trabalho, com o respectivo pagamento de todas as verbas rescisórias, inclusive o FGTS atrasado, não é reconhecida como uma quitação, com anuência judicial da dívida. Dr. Paulo esclarece que, como o pagamento do FGTS atrasado não passou pela conta vinculada da Caixa Econômica Federal, não há o reconhecimento desta quitação, conforme entendimento já pacificado pelo TST, lendo em seguida a decisão judicial. Gil Fernando questiona, por qual motivo a informação pertinente a esta dívida do FGTS não compunha os balanços anteriores da AISI. Fabio informa que entende que a contabilidade registra as contingências de processos judiciais, com base em relatório fornecido pelo jurídico e provavelmente o jurídico entendia que a possibilidade de perder essas ações judiciais do Fundo de Garantia era remota. Gil indaga que tal apontamento deveria ter sido registrado pela auditoria externa contratada pela instituição em nota explicativa. Dr. Rogério pergunta se é possível o parcelamento desta dívida do FGTS. Dr. Rodolfo informa que o parcelamento desta dívida geralmente é limitado a 60 meses e daria um valor de parcela alto, inviável de ser assumido nas condições atuais da instituição. Dr. Carlos Magno pede a palavra e passa para o segundo ponto da pauta, apresentando a proposta da Afya para aquisição dos 25% restantes das ações de participação da AISI na FMIT, alegando que a proposta seguiu o mesmo critério de cálculo da

proposta anterior, aceita no ano de 2023, quando foi vendido 15% de participação, consistindo na oferta de R\$ 35 milhões de reais, com pagamento à vista, pelos 25% de participação da AISI na FMIT e com a garantia da manutenção dos contratos de aluguel do prédio da Faculdade e pela utilização do Hospital, como campo de ensino, sendo que esses dois contratos geram atualmente uma receita de aproximadamente 500 mil reais ao mês para a instituição. Dr. Carlos Magno sugeriu que o convidado Luiz André, Controller da instituição, fizesse uma apresentação com os demonstrativos financeiros dos últimos anos. Dr. Rogerio e Gil Fernando concordaram com o pedido para dirimir quaisquer possíveis dúvidas. Luiz André iniciou a apresentação informando que apesar da reserva financeira gerada durante a pandemia, no ano de 2022 os recursos covid cessaram, em um cenário que havia uma imensa demanda reprimida de procedimentos eletivos que não foram realizados durante a pandemia, porém os reflexos nos custos se mantiveram, e somado a este fator, todas as melhorias implementadas no Hospital, que proporcionaram ganho de qualidade assistencial tem custo, ocasionando um déficit médio mensal de 2 milhões, informou ainda que os recebimentos de emendas parlamentares reduziu drasticamente entre os anos de 2022 e 2023 frustrando todo planejamento financeiro previsto, ressaltou ainda que em 2023, apesar da entrada de 21 milhões, proveniente da venda de 15% da participação da AISI na FMIT, as receitas correntes caíram, com redução das receitas provenientes dos atendimentos de pacientes privados e principalmente pela drástica queda na entrada de recursos de emendas parlamentares, somado ao fator do aumento nos atendimentos de pacientes SUS, cujo valor de remuneração está defasado, a muito tempo sem reajuste. Luiz André ressaltou que a qualidade e a manutenção operacional da assistência com equidade têm preço e neste período a instituição manteve todos os investimentos em melhorias que estavam programados e o custo se manteve estável, o que oscilou para baixo foi a receita que caiu consideravelmente. Luiz André ressaltou que existem duas frentes de trabalho em andamento, sendo a primeira relacionada a aumento de receita, buscando alavancar a parte comercial, com uma meta de duplicar a receita, com ganho de margem em até três anos, a segunda ação consiste na busca de um parceiro estratégico para investimento, ação a qual esta bem avançada e deve se concretizar durante o ano de 2024, sendo que, assim que houver uma proposta oficial, para investimento na parte privada do Hospital, diminuindo a dependência de recursos de emendas parlamentares, esta será apresentada à Assembleia para análise e deliberação. Luiz André ressaltou que o investimento seria destinado a quitar as dívidas da AISI, cujo pagamento parcelado, prejudica a operação e para investir na melhoria e expansão da estrutura do Hospital. Dr. Rodolfo ressaltou, que conforme a apresentação, se não fosse o pagamento dos passivos do passado a instituição seria superavitária e que o aumento do orçamento do SUS é uma construção e depende do pagamento por parte do poder público dos procedimentos realizados e aprovados, tal fato é notório quando comparamos o orçamento de MAC – Media e Alta Complexidade de Itajubá com o das demais cidades semelhantes no Sul de Minas, pois, em que pese o fato do Hospital ser a instituição mais complexa na região, o orçamento da microrregião de Itajubá é o menor entre as principais cidades do Sul de Minas, além disso, Itajubá também tem recebido bem menos recursos de emendas parlamentares em comparação com as demais cidades da região, fato que denota, que não dispõe de apoio representativo junto aos parlamentares que destinam essas emendas. Dr. Rodolfo ressaltou que essa falta de apoio político também reflete nos serviços prestados como no caso da oncologia, em que, apesar de se prestar um serviço de excelência, já tem 2 anos atuando dentro das melhores práticas assistências e até o momento não houve o credenciamento do serviço junto ao Ministério da Saúde. Gil ressaltou que após a entrada dos 21 milhões, em 2023 proveniente da venda de parte da participação da AISI na FMIT entendeu-se que este recurso daria para manter as operações por mais tempo. Luiz André informa que os custos da operação dos Hospital estão sob controle e o que ocorreu foi que após a aprovação da



proposta o recurso entrou meses depois, após processo de diligência, o que é normal, no entanto as receitas provenientes de emendas parlamentares e de pagamento de extrapolamento não entraram, frustrando as receitas esperadas. Hector pede a palavra e diz entender que o problema da instituição não é estrutural e sim, momentâneo de caixa, pergunta se não seria possível fazer alguma operação para reestruturar essa dívida. Fabio responde que as dívidas fiscais, que são as maiores já foram parceladas no máximo possível, sendo em 60 meses do INSS e 144 vezes do IR. Dr. Rodolfo complementa que no projeto de busca de investidores está incluso a quitação de toda dívida da instituição, no entanto esse projeto ainda levará alguns meses para concretizar. Dr. Rodolfo ressaltou ainda, que há outra frente de trabalho para trazer recursos que é o processo judicial para resarcimento dos valores SUS pagos abaixo do custo dos procedimentos, conhecida como ação da tabela TUNEP, que apesar de ainda não ter decisão transitada em julgado, é uma causa ganha, pois esta embasada em tese sumulada e pacificada nos tribunais superiores, já tendo exemplos de vários hospitais na região que negociaram os créditos provenientes desse tipo de ação recebendo uma justa compensação, referente aos últimos 5 anos desse pagamento defasado e além disso, essa ação também proporcionará uma atualização da tabela atual de remuneração, tendendo a gerar um equilíbrio financeiro no contrato do SUS. Dr. Rogério comenta que as operadoras de saúde privadas realmente são cobradas pelo Ministério da Saúde a ressarcir os atendimentos de seus usuários, quando atendidos pelo SUS, em valor muito superior ao da tabela SUS. Gil perguntou se há uma estimativa do valor esperado por essa ação judicial. Dr. Rodolfo informou que o valor precisaria ser corrigido, mas seria acima de 90 de milhões de reais e que há vários escritórios especializados de advocacia que tem procurado os Hospitais para adquirir essas ações, pois tem interesse em negociar os precatórios que serão gerados. Guilherme informou que está cada vez mais difícil depender de recursos do Governo Federal que tem apresentado enorme déficit e que o problema do ciclo financeiro, com os atrasos dos pagamentos de recursos públicos de custeio, prejudica demais o caixa da empresa. Dr. Rogério ponderou que os dividendos gerados pela participação da AISI na AFYA são bem relevantes, e com a venda não haverá mais essa receita, perguntou se seria possível aguardar a definição de investidores interessados no projeto junto ao Hospital. Dr. Rodolfo ressaltou que o problema seria o tempo, pois o problema atual de caixa é bem relevante e foi muito difícil reconquistar a credibilidade da instituição, e que não é viável deixar de honrar com os compromissos de pagamentos de salários, fornecedores e impostos durante meses como ocorria no passado. Luiz André ressaltou que a proposta está adequada ao mercado e que o cenário futuro é de queda na rentabilidade das faculdades de medicina, em função da proliferação de diversos cursos autorizados por todo país e no reconhecimento de diplomas de alunos formados em outros países da América do Sul. Gil comenta que seria favorável e aguardar um tempo maior antes de tomar essa decisão da venda da participação da AISI na AFYA. Dr. Kleber esclareceu que, em seu entendimento, não estamos vendendo a FMIT, pois ela foi vendida de fato em 2018, quando a AFYA assumiu todo seu controle, tanto acadêmico como financeiro, o que estamos vendendo são ações de participação junto a AFYA e que nossa responsabilidade hoje é com o Hospital, e que o recurso dessa venda é necessário no momento, para continuidade do crescimento e da manutenção operacional da qualidade do Hospital de Clínicas de Itajubá e da assistência que ele presta a população de Itajubá e região. Dr. Rogério comenta que buscou atendimento recentemente pelo Hospital e foi muito bem atendido e que é importante preservar esse serviço de excelência. Rovani comentou que o importante é manter as operações do Hospital funcionando. Dr. Rodolfo informou que a instituição será mais incisiva na cobrança, junto ao poder público, dos pagamentos que estão em atrasos. Dr. Carlos Magno pede a palavra e coloca em votação junto a assembleia, em referência ao aceite e aprovação da proposta de venda dos 25% da participação da AISI na FMIT por 35 milhões de reais,

perguntando que quem fosse favorável a proposta permanecesse como estivesse, declarando aprovada a proposta com doze votos favoráveis e dois votos contrários, sendo contrários Gil Fernando e Expedito Ribeiro. Dr. Carlos Magno agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a assembleia. Obs.: João Bosco do Amaral Soares se ausentou da sala antes do final da assembleia. E para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos que dela participaram, e também por mim, Jarbas de Brito, Secretário Geral da AISI.

Camilo de Assis Silva

Carlos Magno Castro Gonçalves

Expedito M. Ribeiro

Fábio Cauchia Montanari

Gil Fernando R. Grillo

Guilherme Garnett

Hector Gustavo Arango

Jarbas de Brito

João Bosco do Amaral Soares

Kleber Lincoln Gomes

Leandro dos Santos Lima

Maria Aparecida Vieira

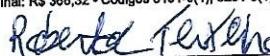
Rodolfo Souza Cardoso

Rogério Vilela Pinto

Rovani Marchetti Cardoso



PROTOCOLO: 49753 | REGISTRO: 3608 - AV 45
Livro A53 | FOLHA: 308/315 | DATA: 09/02/2024
Cotação: Emol.: R\$ 254,46 - TFJ: R\$ 88,96 - Recompe: R\$ 15,28 - Desp.: R\$ 0,00 - ISS: R\$ 7,62
Valor Final: R\$ 366,32 - Códigos 6101-0(1), 6201-8(1), 6601-9(1), 8101-8(7)


Roberto Leite Teixeira - Substituto

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Itajubá - MG

SELO DE CONSULTA: HMC98052
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3082942590128677
Quantidade de atos praticados: 10
Ato(s) praticado(s) por: Roberto Leite Teixeira - Substituto
Emol.: R\$ 269,74 - TFJ: R\$ 88,96
Valor Final: R\$ 358,70 - ISS: R\$ 7,62
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

